



Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de
Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FORMAÇÃO

Permanente

**Gestão Orientada por Dados na RFEPCCT:
análise e diagnóstico das
trajetórias estudantis**

Módulo 2

Compreensão e qualificação dos dados da
Plataforma Nilo Peçanha

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
UNIDADE 1 – Fundamentos, Finalidades e Arcabouço Legal da Plataforma Nilo Peçanha (PNP)	04
UNIDADE 2 – Ciclo de Coleta e Validação (CCV)	08
UNIDADE 3 – Articulação Técnica e Estratégica com o SISTEC	17
UNIDADE 4 – Apresentação e Painéis da PNP	20
UNIDADE 5 – Síntese do caderno Didático	32
REFERÊNCIAS	33

APRESENTAÇÃO

Neste módulo, Compreensão e Qualificação dos Dados da Plataforma Nilo Peçanha, vamos conhecer os principais conceitos e processos que estruturam a produção e a utilização dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ao longo dos estudos, compreenderemos como os dados são registrados, coletados, validados e transformados em informações estratégicas para subsidiar análises institucionais e a tomada de decisão baseada em evidências.

Também discutiremos a relação entre o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e a PNP, destacando a importância da qualidade dos registros para a construção de indicadores confiáveis de acesso, permanência e êxito estudantil. Serão abordados temas como consistência, completude e comparabilidade dos dados, além dos principais conceitos utilizados na plataforma, como matrícula, ingressante, concluinte, evasão e retenção.

Este módulo dialoga diretamente com os objetivos do Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes (PNAPE), uma vez que a compreensão qualificada dos indicadores institucionais é fundamental para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes da Rede Federal. Ao final, espera-se que os participantes estejam mais preparados para interpretar os dados da PNP de forma crítica e utilizá-los como instrumento de diagnóstico e aprimoramento da gestão educacional.



UNIDADE 1

1. FUNDAMENTOS, FINALIDADES E ARCABOUÇO LEGAL DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA

A institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) em 2008, por meio da Lei nº 11.892, não representou apenas uma expansão física de infraestrutura educacional, mas a imposição de um novo paradigma de gestão pública. A capilaridade dos Institutos Federais e a complexidade de sua oferta, que abrange desde a qualificação inicial até o doutorado, exigiram mecanismos de transparência que superassem a mera prestação de contas burocrática. Nesse contexto, a necessidade de uma gestão orientada por evidências demandou a criação de um sistema estatístico proprietário.

Nesse sentido, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) consolidou-se, como o pilar da governança de dados da RFEPECT, funcionando como o instrumento que traduz a realidade acadêmica e administrativa em indicadores estratégicos, mitigando decisões discricionárias¹ e assegurando que a alocação de recursos e o planejamento de políticas sejam lastreados em diagnósticos técnicos rigorosos (Prado; Brito; Nunes, 2022). Ainda é preciso lembrar que, além dos Institutos Federais, junto à plataforma também estão os dados dos Cefets, Colégio Pedro II e das Escolas Técnicas Vinculadas (ETVs).

1.1 Definição e Finalidade Estratégica

A **Plataforma Nilo Peçanha (PNP)** é um ambiente virtual voltado à **coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais** da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Instituída pela Portaria SETEC nº 1, de 3 de janeiro de 2018, ela funciona como uma ferramenta de **Business Intelligence (BI)**, consolidando dados sobre o corpo docente, discente, técnico-administrativo e a execução financeira das unidades de ensino. (Brasil, 2018).

A plataforma é alimentada primordialmente pelo **Sistec** (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – dados acadêmicos), **Siape** (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – gestão de pessoas) e **Siafi** (Sistema Integrado de Administração Financeira – gestão financeira). Ao processar dados de ensino, pessoal e

¹ Uma decisão discricionária é um ato administrativo onde a lei confere ao agente público margem de liberdade para escolher, dentro de limites legais, a solução mais adequada ao interesse público. Ela se baseia em critérios de conveniência e oportunidade, diferenciando-se dos atos vinculados, e deve respeitar a razoabilidade, proporcionalidade e a finalidade da lei (Rosa, 2017).



orçamento, a PNP permite que o Ministério da Educação e as próprias instituições avaliem a efetividade de suas missões institucionais, especialmente no que tange à inclusão social e à verticalização do ensino. Cabe lembrar que, além dos Institutos Federais, junto à plataforma também estão os dados dos Cefets, Colégio Pedro II e das Escolas Técnicas Vinculadas (ETVs).

A PNP consolidou-se como o instrumento central de transparência e gestão da RFEPCT. Em sua evolução, a PNP caracteriza-se como um Observatório de Dados e Informações (ODI)², transcendendo a função de repositório para tornar-se uma camada de inteligência estatística que subsidia a decisão baseada em evidências. Ao converter registros administrativos em estatísticas oficiais, o sistema mitiga a discricionariedade e assegura que a expansão e o financiamento da Rede Federal estejam vinculados a diagnósticos sociais tecnicamente robustos e comprometidos com a eficiência do gasto público (Prado; Brito; Nunes, 2022).

A relevância da PNP reside na redução da assimetria de informação entre a gestão central e as unidades descentralizadas. Sem um sistema unificado, a Rede Federal estaria sujeita a interpretações heterogêneas de desempenho, o que comprometeria a equidade orçamentária. A PNP transforma dados áridos em ativos estratégicos, permitindo que falhas de eficiência, como taxas de evasão em eixos tecnológicos específicos, sejam identificadas e corrigidas precocemente. Isso garante a sustentabilidade institucional e reforça o valor social da Rede perante os órgãos de controle e a sociedade.



Embora o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior sejam fundamentais, eles não capturam a especificidade da RFEPCT pelos seguintes motivos técnicos:

1. **Diferença Metodológica:** O conceito de "matrícula" diverge entre o Censo Escolar e o da Educação Superior (datas de referência e redes de atores distintas), impedindo a consolidação fidedigna de uma rede que atua em ambos os níveis.
2. **Ingresso no 2º Semestre:** O Censo Escolar ignora alunos que iniciam cursos técnicos no segundo semestre (comum nos Institutos Federais), gerando uma invisibilidade de inúmeras matrículas.
3. **Ausência de Cursos FIC e Pós-Graduação:** Os censos tradicionais (como do INEP) não contemplam simultaneamente a Formação Inicial e Continuada (FIC) e as pós-graduações no mesmo ecossistema, omitindo parcelas vitais da atuação institucional da RFEPCT.

² O termo Observatório de Dados e Informações (ODI) pode se referir a diferentes iniciativas no Brasil, geralmente focadas na coleta, análise e disponibilização de dados para monitoramento de políticas públicas, desenvolvimento sustentável ou transparência. Assim, “O desenvolvimento de um modelo teórico-conceitual é fundamental para a caracterização de um observatório e seu decorrente desenho e criação. Nesse sentido, um marco teórico deve ser estabelecido – conceito e contexto pelos quais o observatório será instituído (tema, ambiente, objetivo, finalidade, legislação aplicável, dentre outros)” (Soares; Ferneda; Do Prado, 2028, p. 87).



Esta lacuna estatística impossibilitava o cumprimento de determinações de órgãos de controle, como o **Acórdão TCU nº 2.267/2005**, e a verificação do Gasto Corrente por Aluno. Assim, a PNP passa de apenas uma gestão discricionária para um diagnóstico técnico baseado em evidências, apresentando uma resposta direta às demandas de transparência, conforme solicitações estabelecidas pelo **Acórdão TCU nº 2.267/2005**. Sob a ótica da sustentabilidade do recurso público, a PNP corrige a subestimação de custos causada pela invisibilidade de alunos no sistema INEP. Ao garantir que o orçamento siga o fluxo real de estudantes, a plataforma assegura a eficiência administrativa e o cumprimento rigoroso de metas legais (Moraes et al, 2020).

1.2 Base Normativa e Evolução Legislativa

A governança de dados na RFEPC é sustentada por um arcabouço normativo robusto que garante a obrigatoriedade e a padronização das informações. O quadro abaixo apresenta algumas das principais bases legais que conduziram a implementação e atualização da PNP até os dias atuais.

Quadro 1: Bases Legais da PNP

Normativas	Endereço	Impacto Estratégico na Governança de Dados
Lei nº 11.892/2008	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm	Criação da Rede Federal; estabelece metas de 50% para cursos técnicos e 20% para formação de professores.
Portaria SETEC nº 1/2018 (revogada)	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408	Instituição oficial da PNP e da Rede REVALIDE como instâncias de governança estatística.
Portaria MEC nº 1.162/2018	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-1-162-de-9-de-novembro-de-2018-49743560	Regulamenta o conceito de Matrícula Equivalente, essencial para o cálculo de eficiência.
Portaria SETEC Nº 50/2018	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-50-de-12-de-novembro-de-2018-50490973	Institui o grupo de especialistas para o desenvolvimento dos trabalhos da PNP 2019
Portaria SETEC Nº 51/2018	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-51-de-21-de-novembro-de-2018-51283076	Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da RFEPC.



A Plataforma Nilo Peçanha e a Governança de Dados na Rede Federal

Portaria SETEC nº 146/2021	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-146-de-25-de-marco-de-2021-310597431	Define os Fatores de Esforço de Curso (FEC) e Fatores de Equiparação de Carga Horária (FECH).
Portaria SETEC nº 299/2022	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-299-de-6-de-maio-de-2022-399680297	Dispõe sobre os indicadores de Pesquisa e Extensão a serem utilizados pelas RFEPC.
Portaria SETEC nº 321/2022 (revogada)	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-321-de-27-de-maio-de-2022-403701189	Orienta sobre o Sistema de Monitoramento do resultado dos PDIs e dos indicadores das atividades da RFEPC.
Nota Técnica nº 119/2024/CGPS/DDR/SETEC/SETEC	https://ead.iffarroupilha.edu.br/mod/folder/view.php?id=92641	Apresenta as ações inerentes ao ciclo de processamento de dados da PNP 2025, ano-base 2024.
Portaria SETEC/MEC nº 40, de 30 de setembro de 2025	https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/6875	Revoga as Portarias nº 1/2018 e nº 321/2022, estabelecendo as diretrizes para a supervisão da RFEPC, incluindo a reestruturação e atualização da PNP, sistema de coleta, validação e disseminação dos dados e informações oficiais da RFEPC.
Portaria SETEC/MEC nº 41, de 30 de setembro de 2025	https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/10/2025&jornal=515&pagina=98&totalArquivos=178	Institui o Comitê de Governança de Dados e Informações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CGDI), substituindo a Rede REVALIDE.
Nota Técnica nº 213/2025/CGPS/DDR/SETEC/SETEC	https://ead.iffarroupilha.edu.br/mod/folder/view.php?id=92641	Apresenta as ações inerentes ao ciclo de processamento de dados da PNP com os dados de 2025.

Fonte: Autores, 2026 – Com base no Guia PNP Indicadores, 2026.

A evolução normativa demonstra que a conformidade legal da Rede Federal está intrinsecamente ligada à sua capacidade de gerar dados. O descumprimento das metas estabelecidas na Lei 11.892/08 (como os 50% de oferta técnica) ou no Plano Nacional de Educação (PNE) não gera apenas sanções administrativas, mas coloca em risco a própria identidade institucional da Rede. A robustez legal da PNP é o que assegura a blindagem técnica da RFEPC contra as pressões políticas conjunturais, mantendo o foco na eficiência acadêmica e orçamentária.

Portanto, a PNP não opera no vácuo; ela é uma camada de inteligência processada sobre o SISTEC, o coração administrativo da educação profissional brasileira, cuja articulação técnica discutiremos mais adiante.



UNIDADE 2

2. CICLO DE COLETA E VALIDAÇÃO (CCV)

Antes de entendermos sobre os tramites de coleta, validação e disseminação dos dados da PNP, vamos esclarecer as normativas que instituíram e mantem esses processos.



POR DENTRO DA LEI

A Portaria Nº 1, de 3 de janeiro DE 2018, da SETEC, instituiu a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, denominada como REVALIDE, sendo a estrutura colaborativa responsável pelas informações contidas na PNP.

No entanto, a Portaria Setec/MEC nº 40, de 30 de setembro de 2025, substitui a Portaria Setec/MEC nº 01/2018, fortalecendo o papel estratégico da PNP por meio da composição de dois novos sistemas, PNP-CCV e PNP-ODI, definidos pelo:

Art. 3º Para operacionalização da PNP ficam instituídos os sistemas denominados Ciclos de Coleta e Validação de Dados (PNP-CCV) e o Observatório de Dados e Informações (PNP-ODI).

§1º Compete ao PNP-CCV garantir a coleta, validação e atualização continua dos dados e informações das instituições e unidades que compõem a RFEPCT, com foco na consistência, precisão, confiabilidade, disponibilidade e estabilidade, de modo a possibilitar a disseminação e uso desses dados e informações.

§2º Compete ao PNP-ODI fornecer um ambiente de análise e disseminação de dados e informações estratégicas da RFEPCT, promovendo o acesso, a visualização e o uso de dados e informações qualificados para apoiar a tomada de decisões, a elaboração de políticas públicas, e o acompanhamento de indicadores de desempenho no âmbito da RFEPCT (Brasil, 2025).

Em seguida, a Portaria Setec/MEC nº 41, de 30 de setembro de 2025, instituiu o Comitê de Governança de Dados e Informações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CGDI), substituindo a REVALIDE, aprimorando a gestão e o uso estratégico da PNP, bem como de outras iniciativas que colaboram com a supervisão da RFEPCT.

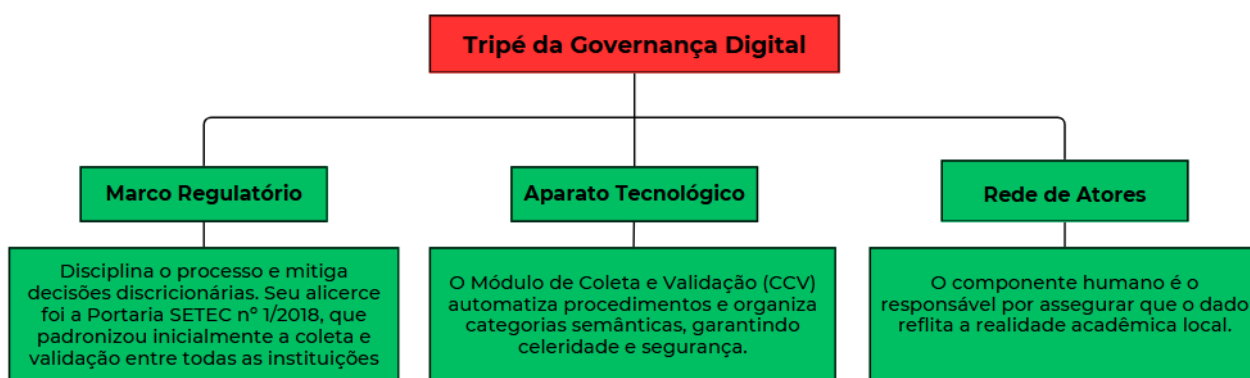
Parágrafo único. O CGDI será composto por representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e das instituições da RFEPCT e terá como finalidade propor



e acompanhar a implementação de diretrizes e padrões para a coleta, organização, validação, análise e disseminação de seus dados e informações, visando à qualidade, a segurança e o uso ético (Brasil, 2025).

Para produzir estatísticas oficiais, a PNP adota o conceito do Tripé da Governança Digital, reconhecendo que o aparato tecnológico, isoladamente, é insuficiente para garantir a fidedignidade institucional. Dessa forma temos:

- **Marco Regulatório:** Disciplina o processo e mitiga decisões discricionárias. Seu alicerce foi a [Portaria SETEC nº 1/2018](#), que padronizou inicialmente a coleta e validação entre todas as instituições.
- **Aparato Tecnológico:** O Módulo de Coleta e Validação (CCV) automatiza procedimentos e organiza categorias semânticas, garantindo celeridade e segurança.
- **Rede de Atores:** O componente humano é o responsável por assegurar que o dado reflita a realidade acadêmica local.



A importância do Marco Regulatório reside na institucionalização do processo, impedindo que a performance institucional seja distorcida por ruídos administrativos. Esta estrutura teórica materializa-se em um fluxo operacional cíclico e incremental.

As informações apresentadas no decorrer do tópico 2, foram baseadas nas normativas do Quadro 1 do tópico anterior, no Guia de referência metodológica da PNP – revisado 2020 e no Guia PNP Indicadores-2026.

2.1 Coleta e Extração de dados da PNP

Anualmente a SETEC/MEC elabora uma Nota Técnica que apresenta os principais conceitos e mudanças sobre a PNP. Para a Edição 2026, ano-base 2025, foi apresentada a [Nota Técnica nº 213/2024/CGPS/DDR/SETEC](#). O documento esclarece procedimentos e diretrizes para o processamento da PNP, para coleta, validação e disseminação de dados estatísticos da



RFEPCT, com o objetivo de reunir informações sobre o corpo docente, discente, técnico-administrativo e gastos para calcular indicadores de gestão.



Extração dos dados

A PNP, seguindo o calendário anual, é alimentada com dados provenientes do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).



Ajustes dos dados

Os dados coletados passam por ajustes técnico-metodológicos que organizam as informações nas categorias estatísticas necessárias para o cálculo dos indicadores de gestão da Rede Federal. Nesse momento que entra o CCV, um sistema transacional que permite a integração de dados e a aplicação de regras de consistência. Esse conjunto de regras, são definidas pela DDR/SETEC, que visa à qualificação da informação obtida.



Disponibilização das informações para as Instituições da Rede

As informações, ajustadas e criticadas, são disponibilizadas na PNP para todas as Instituições da Rede, de forma que seus representantes possam confirmá-las ou, no caso de possíveis inconsistências, realizar as retificações ou justificativas necessárias.



Validação final e publicação

A base de dados resultante desse processo de qualificação é submetida pelo dirigente máximo de cada Instituição à SETEC, de maneira que esta proceda à validação e posterior publicação das informações retificadas e justificadas. No entanto, as informações apontadas como inconsistentes, que não são justificadas e validadas pelas instituições, são desconsideradas para fins estatísticos.



EM RESUMO:

O ciclo de vida da informação na PNP é desenhado para evoluir a cada edição, seguindo as seguintes etapas fundamentais:

1. Revisão de indicadores acadêmicos e de gestão;
2. Elaboração do Marco Regulatório;
3. Desenvolvimento do Módulo de Coleta e Validação;
4. Capacitação dos responsáveis institucionais;
5. Extração, ajustes e alimentação do Módulo de Coleta e Validação;
6. Processamento das regras de consistência;
7. Validação pelos responsáveis de cada instituição;
8. Validação estatística final pela SETEC;
9. Desenvolvimento do Módulo de Disseminação;
10. Publicação oficial.

Figura 1: Ciclo de vida da informação na PNP



Fonte: Autores, 2026.



2.2 Atores responsáveis pelo CCV

Mesmo que a Rede REVALIDE tenha sido substituída pelo Comitê de Governança de Dados e Informações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CGDI), as atribuições das instituições e suas unidades ainda seguem uma organização de funções (pessoas) responsáveis pela conferência e validação das informações da PNP, assim como a SETEC também precisa cumprir com suas demandas. Assim, descrevemos os principais atores e suas principais atribuições nesse processo.

2.2.1 Responsáveis Locais



Registro Acadêmico (RA) de cada unidade de ensino da Rede Federal. Suas atribuições são:

1. capacitar-se para a operação da PNP, acessando-a de acordo com o calendário anual;
2. retificar ou justificar os casos apontados como inconsistentes;
3. submeter as informações, já qualificadas, ao Pesquisador Institucional (PI).
4. O RA também pode cadastrar "Executores Acadêmicos" que podem auxiliá-lo na atividade de retificar ou justificar os casos apontados como inconsistentes.



Diretores de cada unidade de ensino, cujas funções são:

1. indicar, ao PI, o servidor que irá responder pelo registro acadêmico local;
2. promover as condições necessárias para a eficiente coleta de dados na unidade que dirige, priorizando atividades de capacitação e atentando para a disponibilidade das equipes envolvidas durante período de coleta.

2.2.2 Responsáveis Institucionais



Pesquisador Institucional (PI), ou cargo equivalente de produção de estatística educacional. Suas funções são:

1. capacitar-se para a operação da PNP, acessando-a de acordo com o seu calendário anual;
2. orientar o trabalho dos RAs, disseminando o conhecimento regulatório e fornecendo suporte para a operação da PNP;
3. validar ou retificar as informações prestadas pelos RAs;
4. delegar, em conjunto com a unidade de gestão de pessoas da instituição, o responsável pelas atualizações das informações relativas ao corpo docente e técnico administrativo, liberando seu acesso à PNP;
5. submeter as informações qualificadas ao dirigente máximo da instituição;



6. comunicar-se com a DDR/SETEC, apontando eventuais problemas e soluções que objetivem o aperfeiçoamento da PNP; e
7. proceder à qualificação de dados para qualquer unidade, no caso de inatividade de algum registro acadêmico local.



Dirigentes máximos de cada instituição da Rede Federal, sendo suas atribuições:

1. designar o PI, ou equivalente, para representar a instituição junto à DDR/SETEC;
2. promover as condições necessárias para a eficiente coleta de dados da instituição que dirige, priorizando atividades de capacitação para a rede interna de registros acadêmicos locais;
3. submeter as informações qualificadas à SETEC.

2.2.3 Responsáveis a nível federal

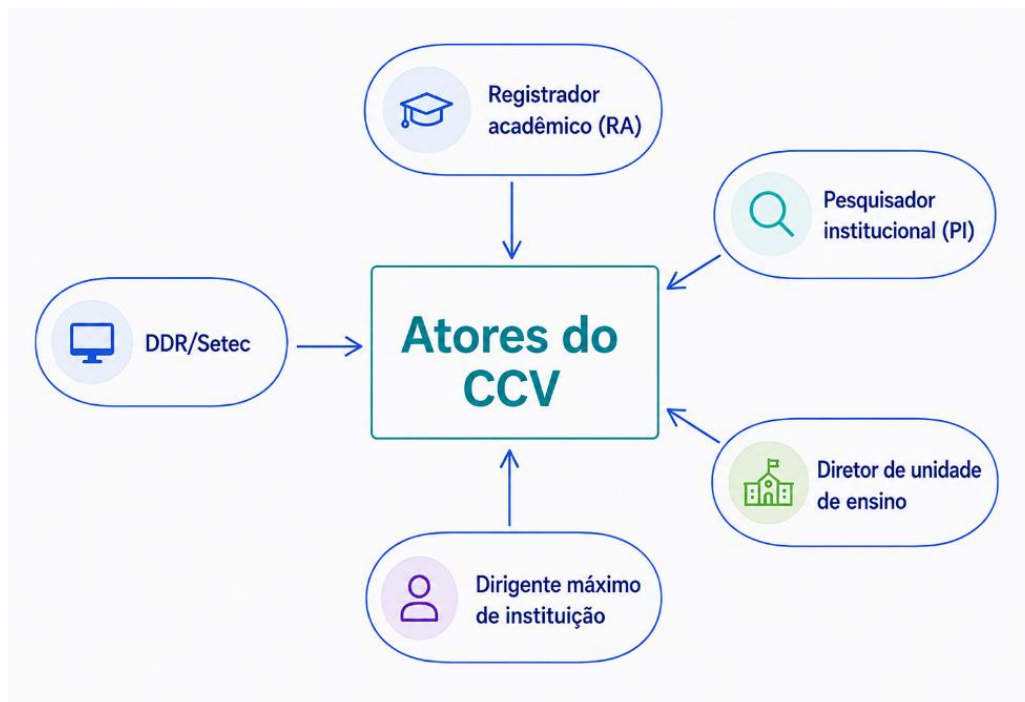


Diretoria de Desenvolvimento da Rede (DDR) que atua junto a SETEC, sendo suas atribuições:

1. promover as condições necessárias para o perfeito funcionamento da PNP, garantindo sua estrutura física, técnica e de suporte
2. elaborar e divulgar o calendário anual de coleta;
3. elaborar e divulgar as regras de consistência utilizadas para a qualificação das informações institucionais;
4. disponibilizar a PNP às instituições da Rede Federal, de acordo com o calendário anual, devidamente preenchida com os dados coletados dos sistemas utilizados e criticados pelas regras de consistência;
5. promover a capacitação inicial e continuada para a coleta e validação, priorizando o contato direto com os PIs e a utilização de metodologias e ferramentas de educação a distância para auxiliar o trabalho dos RAs na operação da PNP;
6. prestar suporte aos PIs na operação da PNP;
7. realizar a validação das informações inconsistentes retificadas ou justificadas pelas instituições;
8. disponibilizar, junto à publicação dos resultados, o Guia de Referência Metodológica das Estatísticas Educacionais da Rede Federal.



Figura 2: Atores envolvidos na coleta e validação



Fonte: Autores, 2026.

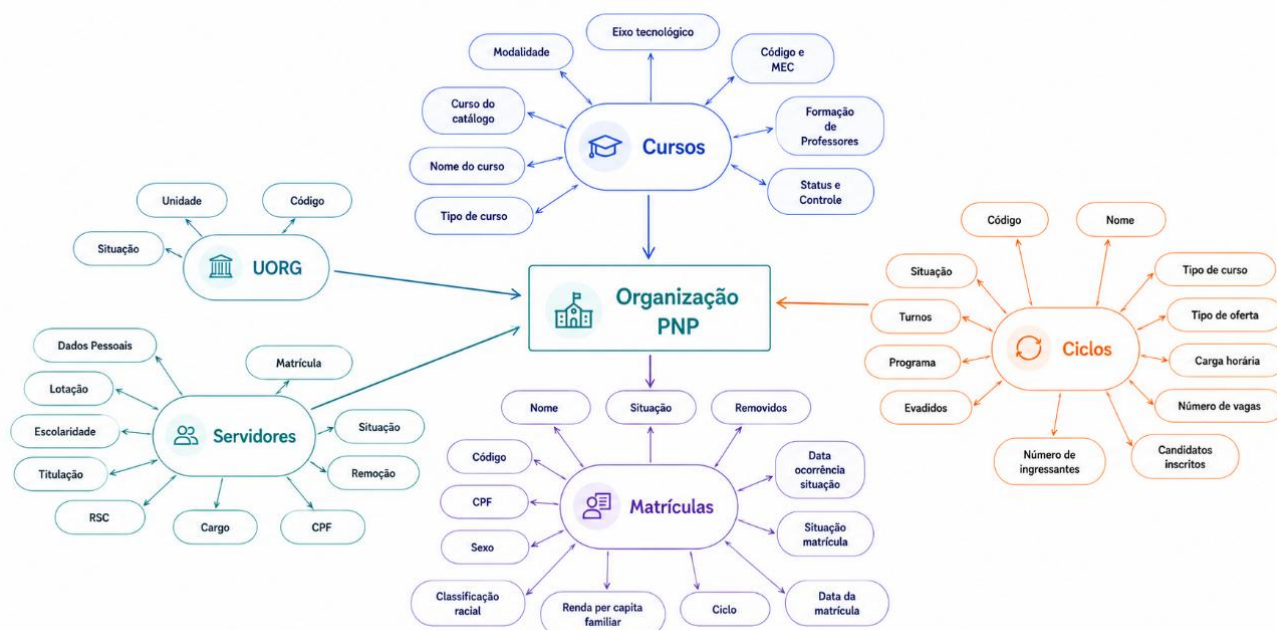
2.3 Principais etapas do Ciclo de Coleta e Validação (CCV) da PNP

O acesso ao módulo Ciclo de Coleta e Validação - CCV, se dá por um link específico. Até a versão da PNP de 2024, o módulo estava disponível na tela inicial, no entanto, como somente pessoas com perfis autorizados podem entrar, na versão de 2025 esse módulo foi retirado da visualização pública da plataforma. Portanto, o acesso se dá a partir da autenticação dos servidores responsáveis pela atualização dos dados de cada instituição, disponíveis no CCV.

O ambiente de coleta e validação está organizado em três categorias: (1) **Cursos**, (2) **Ciclos** e (3) **Matrículas**. Em cada uma dessas categorias, os dados que estiverem "inconsistentes" serão sinalizados na cor vermelha e deverão ser corrigidos e validados, conforme as inconsistências apresentadas. Ao acessar uma dessas categorias, a plataforma pode identificar diferentes tipos de inconsistência. Nesse caso, a plataforma também aponta as possíveis ações a serem realizadas em cada inconsistência. A Figura 4, abaixo, exhibe as categorias e os campos de dados que devem ser verificados.



Figura 3: Categorias do CCV.



Fonte: Autores, 2026.

Na Figura 3, além das categorias Cursos, Ciclos e Matrículas, aparecem as informações da UORG e Servidores, essas duas são de responsabilidade do Gestor de Pessoas, uma vez que a PNP reúne também dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

EM RESUMO:

O Ciclo de Coleta e Validação (CCV) segue um rito anual, com a seguinte sequência:

1. **Extração:** Coleta de dados do SISTEC, SIAPE e SIAFI.
2. **Processamento de Regras de Consistência:** Identificação de anomalias e pontos de atenção.
3. **Ciclo de Coleta e Validação (CCV):** Período em que as instituições retificam erros ou apresentam justificativas fundamentadas para incoerências.
4. **Validação Estatística:** Ajuste fino pela equipe técnica da SETEC para eliminar distorções.
5. **Publicação:** Disponibilização dos dados no ODI e nos produtos de dados da PNP.



O perfil de **Pesquisador Institucional (PI)**, tem uma visão gerencial de todas as unidades de ensino da sua instituição e seus respectivos status de inconsistências. As informações detalhadas de cada unidade ficarão disponíveis para sua revisão assim que o **RA** finalizar sua etapa de correções.

Em 2026, uma nova funcionalidade de **Devolução de Inconsistências** foi implementada permitindo que o RA realize novas correções. O PI possui autonomia para alterar dados diretamente e após validar todas as informações, deve encaminhar à submissão do **Dirigente Máximo da Instituição**.

Ao RA cabe apresentar as justificativas frente as inconsistências identificadas. Inconsistências não justificadas ou não aprovadas resultam no descarte dos registros para fins estatísticos. O conceito de Corte Estatístico é a sanção máxima de governança. Isso significa que, se um campus falha em validar suas matrículas, elas "deixam de existir" para o cálculo de RAP e orçamentação, e a informação será desconsiderada no cálculo dos indicadores oficiais e da matriz orçamentária.

Assim, a Plataforma Nilo Peçanha não é apenas um artefato tecnológico, mas um processo de governança humana e técnica. A fidedignidade da informação disseminada é garantida por uma rede de atores, que atuam em ciclos anuais para validar, retificar e justificar cada registro. Esse rigor é o que protege a RFEPCT contra questionamentos de órgãos de controle e assegura que a transparência ativa seja um valor inegociável.

Por fim, a governança na PNP baseia-se em três pilares fundamentais:



Consistência: Verificação de regras lógicas (ex: um aluno não pode concluir o curso antes de ingressar).



Completeness: Garantia de que campos socioeconômicos (raça, renda) sejam preenchidos, permitindo políticas de assistência estudantil.



Comparabilidade: Uso de uma metodologia semântica unificada que permite comparar um campus no interior do Sertão com um no centro de Porto Alegre.



UNIDADE 3

3. ARTICULAÇÃO TÉCNICA E ESTRATÉGICA COM O SISTEC

O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) atua como o repositório transacional primário da Rede Federal. É o sistema onde a vida acadêmica do estudante é registrada diariamente. Contudo, para fins de governança estratégica, é vital compreender que a PNP não é um espelho passivo do SISTEC.

A PNP funciona como uma camada de refinamento estatístico que aplica regras de negócio e ajustes metodológicos sobre os registros administrativos. Sem a interface inteligente da PNP, o SISTEC seria apenas um banco de dados operacional; com ela, transforma-se em um vetor de inteligência de Estado.

Figura 4: Tela inicial do SISTEC.



Fonte: <https://sistec.mec.gov.br/login/login>

3.1 O papel do SISTEC na Coleta de Dados

O SISTEC é a base primária para a dimensão de matrículas da PNP. Nele, são inseridos dados de ingressantes, concluintes, e a movimentação acadêmica. A precisão dos indicadores anuais depende da atualização rigorosa dos "status" das matrículas até o corte de 31 de dezembro de cada ano-base. Uma falha no registro de um aluno que já concluiu o curso, mas



permanece com status "em curso" no SISTEC, distorce negativamente o Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) e a Relação Aluno-Professor (RAP) da PNP, impactando a percepção de produtividade da instituição.

PARA COMPLEMENTAR

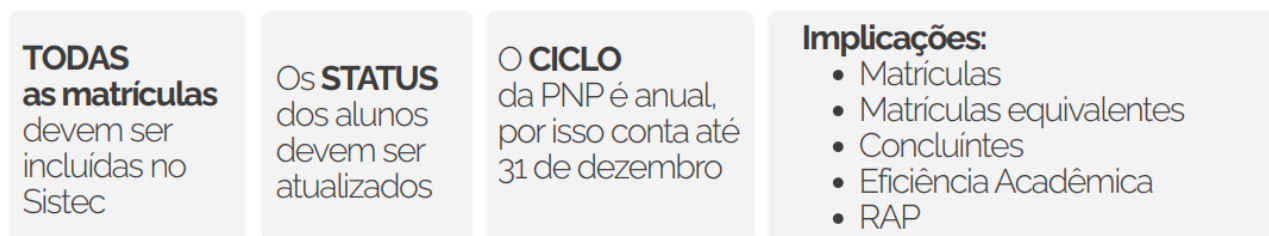
Há um manual do SISTEC que pode ser acessado pelo link: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/MANUAL_SISTEC.pdf

3.2 Fluxo de Extração e Integração PNP-SISTEC

O processo de integração é coordenado pela SETEC/MEC, envolvendo a extração periódica de microdados que são submetidos a um modelo semântico. Esse modelo aplica categorias estatísticas que uniformizam registros provenientes de sistemas acadêmicos locais variados que alimentam o SISTEC. Esse fluxo de extração é o momento em que dados puramente administrativos ganham relevância estatística, permitindo que a PNP identifique, por exemplo, o cumprimento das cotas sociais e a distribuição por eixos tecnológicos.

A falha no preenchimento de campos aparentemente burocráticos no SISTEC, como a carga horária mínima de um ciclo ou a associação correta a programas (PROEJA), possui um efeito cascata financeiro negativo para as instituições. Como o orçamento da Rede Federal é balizado pelo número de Matrículas Equivalentes, um erro de digitação na carga horária de um curso pode resultar em uma perda significativa de repasses orçamentários. Portanto, o preenchimento do SISTEC não é uma tarefa de "secretaria escolar", mas uma atividade de alta relevância para a sustentabilidade financeira da instituição.

Figura 5: Pontos de atenção do SISTEC



Fonte: Lopes, 2026 – Retirada da apresentação 2º Webnário da PNP – Slide 44.



3.3 Pontos de Atenção e Implicações Gerenciais



Gestores e Pesquisadores Institucionais devem monitorar campos críticos no SISTEC que alimentam diretamente o cálculo dos indicadores PNP, como por exemplo:

1. **Vagas e Inscritos:** Essenciais para a Taxa de Ocupação e Relação Candidato/Vaga.
2. **Carga Horária (Mínima e Total):** Base para o cálculo do FECH. Um erro aqui altera o peso do aluno no orçamento.
3. **Datas de Início e Término:** Definem os "Ciclos de Matrícula" e a métrica de Retenção Crítica.
4. **Associação ao Programa (PROEJA/EJA):** Sem essa marcação, a instituição não consegue comprovar o cumprimento da meta legal de 10% de oferta para jovens e adultos.
5. **Status da Matrícula:** O status em 31/12 define se o aluno será contabilizado como evadido, concluinte ou retido, impactando o IEA.

Figura 6: Pontos de atenção do SISTEC

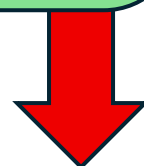
IMPORTANTE
preencher
e corretamente

- Vagas e Inscritos
- Carga horária dos ciclos
- Associação ao Programa
- Proeja ou Eja Integrada

Implicações:

- Relação inscrito/vaga
- Taxa de ocupação
- Vagas noturnas de graduação
- Índice de verticalização
- Percentuais legais
- Matrículas totais

Uma vez garantida a integridade no SISTEC, os dados são processados pela arquitetura da PNP, onde fórmulas complexas e painéis de indicadores transformam registros individuais em métricas de desempenho institucional, tema que aprofundaremos no próximo tópico.



Fonte: Lopes, 2026 – Retirada da apresentação 2º Webnário da PNP – Slide 45.



UNIDADE 4

4. APRESENTAÇÃO E PAINÉIS DA PNP

A arquitetura da PNP foi desenhada para converter dados brutos em ferramentas de decisão. Ao agrupar informações em painéis temáticos e permitir o uso de filtros granulares, a plataforma possibilita a comparação histórica e institucional.

Ao acessar PNP³, apresentada como Observatório de Dados e Informações (ODI), conforme a Figura 7, observamos dois botões: **ACESSE A PLATAFORMA**, que encaminha aos módulos de dados da plataforma; e **ACESSE O EXTRATOR PNP**, que permite realizar o download de dados processados no formato CSV prontos para análise.

Figura 7: Tela inicial da PNP



Fonte: BRASIL, 2026.

A seguir apresentaremos os módulos que estão disponíveis na plataforma PNP.

4.1 Estrutura de Navegação e Módulos de Consulta da PNP

A plataforma organiza-se em módulos que agrupam os dados e facilitam a transparência ativa, conforme mostra a Figura 8.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.



Figura 8: Tela inicial da PNP



Fonte: BRASIL, 2026.

Os módulos disponíveis na versão 2026, ano-base 2025 são:

- 1. Dados de Ensino:** Segmenta dados de ensino como: Ingressantes, Concluintes, Raça, Renda e Sexo. Inclui o histórico de oferta e situação de matrícula.
- 3. Dados Orçamentários:** Detalha Gastos Totais, Pessoal, Investimentos e Custeio (SIAFI).
- 4. Dados de Pessoal:** Perfil de Docentes e TAEs (SIAPE), incluindo regime de trabalho e titulação.
- 5. Produto de Dados:** Fornece o acesso aos Microdados da PNP, que reúnem dados brutos coletados diretamente das instituições, organizados por ano-base e o acesso novamente ao Módulo Extrator, que disponibiliza os dados já processados pelo modelo semântico, prontos para análise.

Os módulos referentes aos **Dados de Pesquisa, Dados de Extensão e Dados dos Polos de Inovação** não estão disponíveis ainda e referem-se aos dados do FORMICT⁴ e polos de inovação.

⁴ FORMICT: Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil. Ele é um relatório eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e serve para coletar e monitorar dados anuais sobre inovação, patentes e transferência de tecnologia das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) brasileiras (Brasil, 2024).



A seguir abordaremos sobre o módulo **Dados de Ensino**. Como essa formação está sendo ofertada por meio do Programa Rede APE, vamos focar nas informações fornecidas pela PNP que dizem respeito aos indicadores de acesso, permanência e êxito.

Todos os módulos da PNP estão organizados em painéis a partir da ferramenta de **Business Intelligence (BI)**. Um BI consiste em um conjunto de processos, tecnologias e ferramentas utilizados para coletar, organizar, analisar e transformar dados em informações estratégicas que apoiem a tomada de decisão nas organizações (Barbieri, 2011).

Os painéis de BI da PNP têm como finalidade transformar os dados institucionais da RFEPCT em informações estratégicas para monitoramento, avaliação e apoio à tomada de decisão, permitindo análises acadêmicas, administrativas, financeiras e de gestão educacional baseadas em indicadores oficiais.

4.1.1 Módulo Dados de Ensino

Ao clicar no Módulo de Dados de Ensino, é exibido o painel **Dados de Ensino | Série Histórica**, conforme mostra a Figura 9. Este painel constitui um ambiente de BI voltado à análise temporal dos principais indicadores acadêmicos da RFEPCT. O objetivo central é permitir o acompanhamento evolutivo dos dados institucionais ao longo dos anos, possibilitando comparações entre instituições, análise de tendências e monitoramento de indicadores estratégicos relacionados à oferta educacional, fluxo acadêmico e perfil estudantil. No cenário atual de 2026, a PNP processa informações de uma rede que alcançou a marca histórica de **2,3 milhões de matrículas** no ano-base 2025, o que, em termos de impacto social, equivale a 32 vezes a lotação do estádio Mané Garrincha, demonstrando a escala massiva de inclusão social e educacional da RFEPCT.

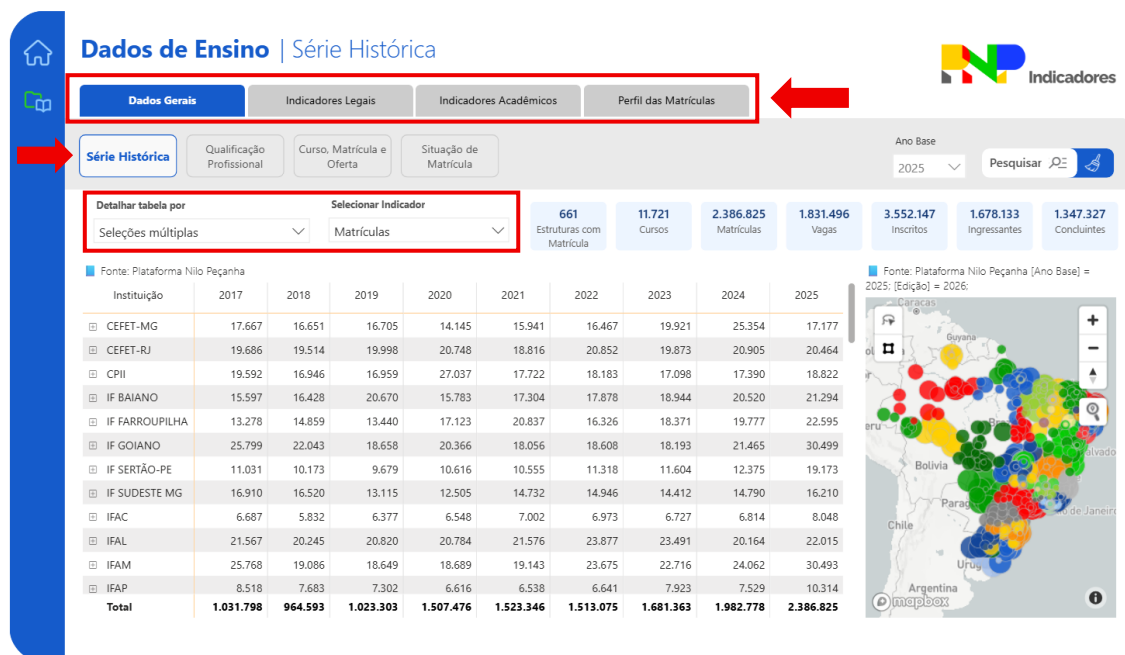
De acordo com a Figura 9, o painel está organizado em quatro grandes abas principais: **Dados Gerais**, **Indicadores Legais**, **Indicadores Acadêmicos** e **Perfil das Matrículas**. Cada uma dessas áreas possui subdivisões analíticas específicas, permitindo diferentes perspectivas de exploração dos dados.

Na barra lateral azul, encontram-se dois ícones. O primeiro, retorna a tela inicial da PNP, permitindo entrar em outros módulos. O segundo, apresenta o Guia PNP Indicadores. Ele é a versão atual do Guia Metodológico da PNP (o guia anterior era de 2020). Além de apresentar a PNP, os fundamentos e o histórico da plataforma, o guia explora a composição dos indicadores e o marco regulatório que embasa os processos de coleta e divulgação de dados.



A Plataforma Nilo Peçanha e a Governança de Dados na Rede Federal

Figura 9: Tela inicial do módulo Dados de Ensino - Aba Dados Gerais



Fonte: BRASIL, 2026.

O painel “Dados de Ensino | Série Histórica” constitui uma análise temporal dos principais indicadores acadêmicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O objetivo central é permitir o acompanhamento evolutivo dos dados institucionais ao longo dos anos, possibilitando comparações entre instituições, análise de tendências e monitoramento de indicadores estratégicos relacionados à oferta educacional.

A seguir abordaremos de forma inicial os painéis principais das quatro grandes abas **Dados Gerais**, **Indicadores Legais**, **Indicadores Acadêmicos** e **Perfil das Matrículas**. Cada uma dessas áreas possui subdivisões analíticas específicas, permitindo diferentes perspectivas de exploração dos dados, que veremos de forma geral a seguir.

4.1.1.1 Painel “Dados Gerais”

O painel “Dados Gerais” reúne indicadores quantitativos relacionados à estrutura e ao funcionamento da Rede Federal. Ele está subdividida em cinco áreas analíticas:

- Série Histórica
- Qualificação Profissional
- Curso, Matrícula e Oferta
- Situação de Matrícula



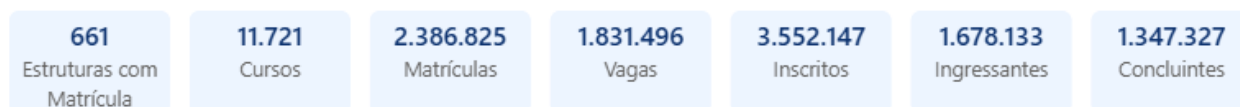
A tela visível na Figura 9, acima, corresponde à seção “Série Histórica”, que permite visualizar a evolução temporal dos indicadores entre diferentes anos-base (2017–2025). O usuário pode:

- definir o detalhamento da tabela;
- selecionar o indicador desejado;
- comparar instituições;
- analisar crescimento ou redução de indicadores ao longo do tempo.

Ainda, em relação a Figura 9, o indicador selecionado é “Matrículas”, detalhado por instituição. Mas, também é possível escolher outros indicadores, o que veremos com mais detalhes no Módulo 3 deste curso.

O painel apresenta a tabela histórica, totais consolidados, mapa geográfico das instituições e indicadores agregados superiores que incluem: estruturas com matrícula, cursos, matrículas, vagas, inscritos, ingressantes e concluintes, conforme mostra a Figura 10. Esses dados são alterados de acordo com a seleção do Ano Base.

Figura 10: Indicadores agregados.



Fonte: PNP, 2026.

Além do painel de Série Histórica estão disponíveis mais três outros painéis: **Qualificação Profissional, Curso, Matrícula e Oferta** e **Situação de Matrícula**, os quais serão detalhados no próximo Módulo deste curso.

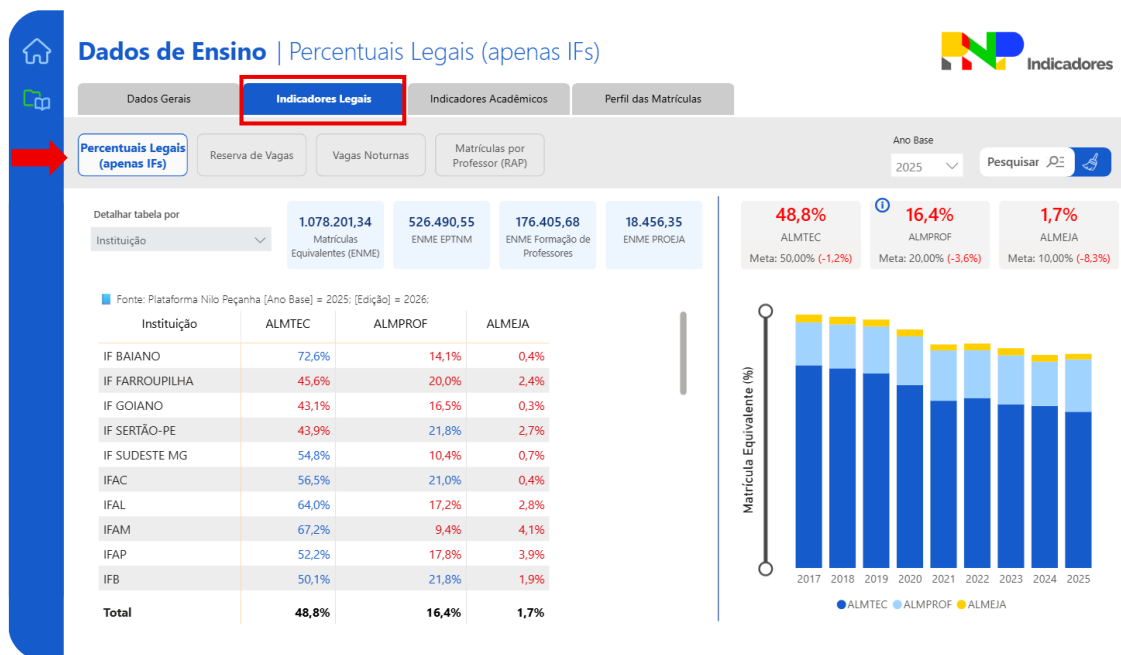
4.1.1.2. Painel “Indicadores Legais”

O painel “Indicadores Legais” da PNP apresenta uma análise dos percentuais de oferta educacional da RFEPCT em relação às exigências estabelecidas pela legislação dos Institutos Federais. O principal objetivo é monitorar o cumprimento das metas legais relacionadas à composição da oferta de cursos e ao equilíbrio entre diferentes níveis e modalidades de ensino, funcionando como instrumento de acompanhamento regulatório, planejamento institucional e transparência pública.



A Plataforma Nilo Peçanha e a Governança de Dados na Rede Federal

Figura 11: Tela do módulo Dados de Ensino - Aba Indicadores Legais



Fonte: BRASIL, 2026.

A Figura 11 corresponde à aba “Percentuais Legais (apenas IFs)”, que analisa a distribuição da matrícula equivalente (Meq) entre diferentes categorias formativas. O painel apresenta indicadores consolidados da Rede Federal, incluindo aproximadamente 1 milhão de matrículas equivalentes, cerca de 526 mil matrículas equivalentes em cursos técnicos, 176 mil em cursos de formação de professores e mais de 18 mil em cursos de Proeja.

Além dos valores absolutos, o painel calcula os percentuais correspondentes em relação ao total da oferta institucional. Os dados indicam que 48,8% das matrículas equivalentes estão concentradas em cursos técnicos, percentual ligeiramente abaixo da meta legal de 50%. Já a formação de professores representa 16,4%, abaixo da meta de 20%, enquanto o Proeja aparece com 1,7%, também inferior à meta mínima estabelecida de 10%.

O painel também permite comparações entre instituições da Rede Federal por meio de tabelas detalhadas. Na tabela central, é possível visualizar os percentuais individuais de cada Instituição em relação aos indicadores legais. Isso possibilita identificar instituições mais próximas ou mais distantes do cumprimento das metas estabelecidas pela legislação. Os dados evidenciam diferenças significativas entre os institutos, especialmente no percentual de matrículas em cursos técnicos e formação de professores, demonstrando distintos perfis institucionais e prioridades de oferta educacional.

Outro recurso importante é o gráfico de barras em série histórica, localizado à direita do painel, que apresenta a evolução dos indicadores entre 2017 e 2025. O gráfico evidencia relativa queda na participação dos cursos técnicos ao longo do período, mas, mantendo-se próxima



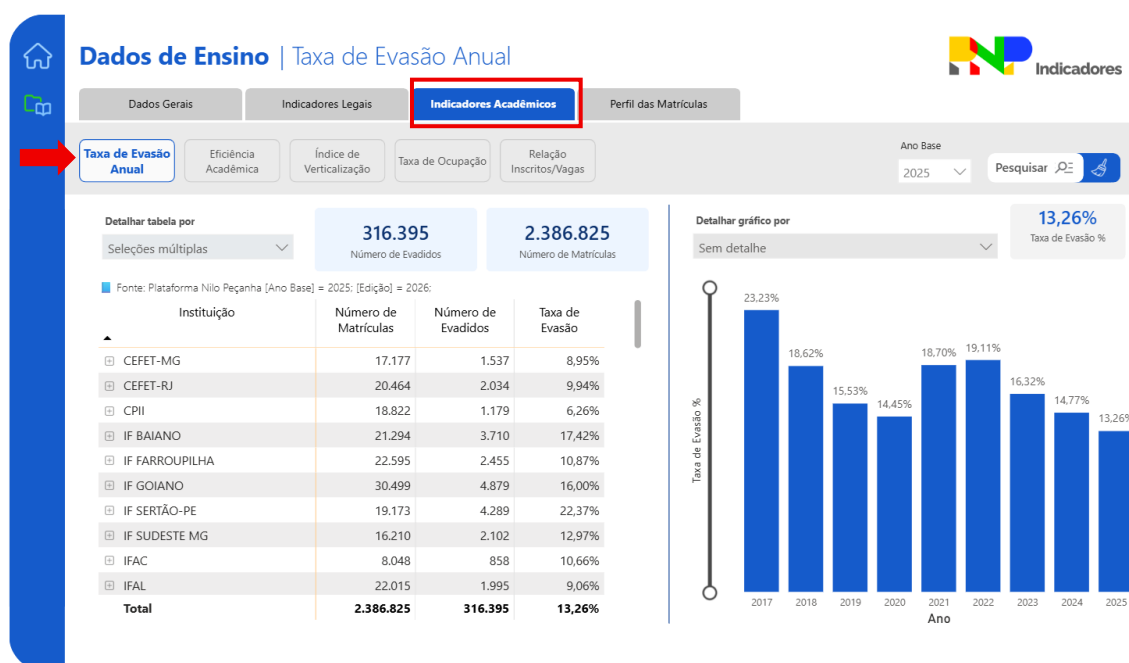
de 50% da matrícula equivalente total. Os percentuais relacionados à formação de professores apresentam oscilações de 13% a 16% e permanecem abaixo da meta legal em todos os anos exibidos. Essa funcionalidade histórica permite acompanhar tendências institucionais, avaliar impactos de políticas educacionais e monitorar a aderência da Rede Federal às exigências normativas previstas para os Institutos Federais.

Além disso, o painel apresenta filtros interativos que permitem selecionar instituições específicas, ano-base e diferentes indicadores legais, ampliando as possibilidades analíticas. Além do painel de Percentuais Legais (apenas IFs) estão disponíveis mais 3 outros painéis: **Reserva de Vagas; Vagas Noturnas; Matrículas por Professor (RAP)**, os quais serão detalhados no próximo Módulo deste curso.

4.1.1.3 Painel “Indicadores Acadêmicos”

O painel Indicadores Acadêmicos da PNP permite o acompanhamento dos indicadores relacionados ao fluxo estudantil, oferecendo subsídios para avaliação institucional, formulação de políticas de permanência e tomada de decisão baseada em evidências.

Figura 12: Tela do módulo Dados de Ensino - Aba Indicadores Acadêmicos



Fonte: BRASIL, 2026.

Conforme a Figura 12, o painel mostra selecionada a aba “Taxa de Evasão Anual”, que reúne dados quantitativos sobre matrículas, número de evadidos e percentual de evasão por instituição. O painel apresenta, para o ano-base de 2025, aproximadamente 2,38 milhões de



matrículas e cerca de 316 mil estudantes evadidos, resultando em uma taxa geral de evasão de 13,26%. A tabela central permite comparar os índices entre diferentes instituições da Rede Federal, evidenciando diferenças significativas nos percentuais de evasão. Enquanto algumas instituições apresentam taxas próximas de 10%, outras ultrapassam 20%, indicando diferentes contextos institucionais, regionais e acadêmicos relacionados à permanência estudantil.

O gráfico de barras localizado à direita do painel apresenta a evolução histórica da taxa de evasão entre os anos de 2017 e 2025. Os dados demonstram uma tendência de redução ao longo do período analisado. Em 2017, a evasão alcançava aproximadamente 23,23%, e em 2025 reduziu para 13,26%. Apesar de oscilações intermediárias, especialmente entre 2021 e 2022, o comportamento geral indica avanço institucional no enfrentamento da evasão estudantil. Essa série histórica permite avaliar impactos de políticas públicas, programas de assistência estudantil e estratégias institucionais voltadas à permanência e ao êxito acadêmico.

Além da taxa de evasão anual, a aba “Indicadores Acadêmicos” sugere outras dimensões analíticas relevantes, como os painéis de **Eficiência Acadêmica**, **Índice de Verticalização**, **Taxa de Ocupação** e **Relação Inscritos/Vagas**, os quais serão detalhados no próximo Módulo deste curso.

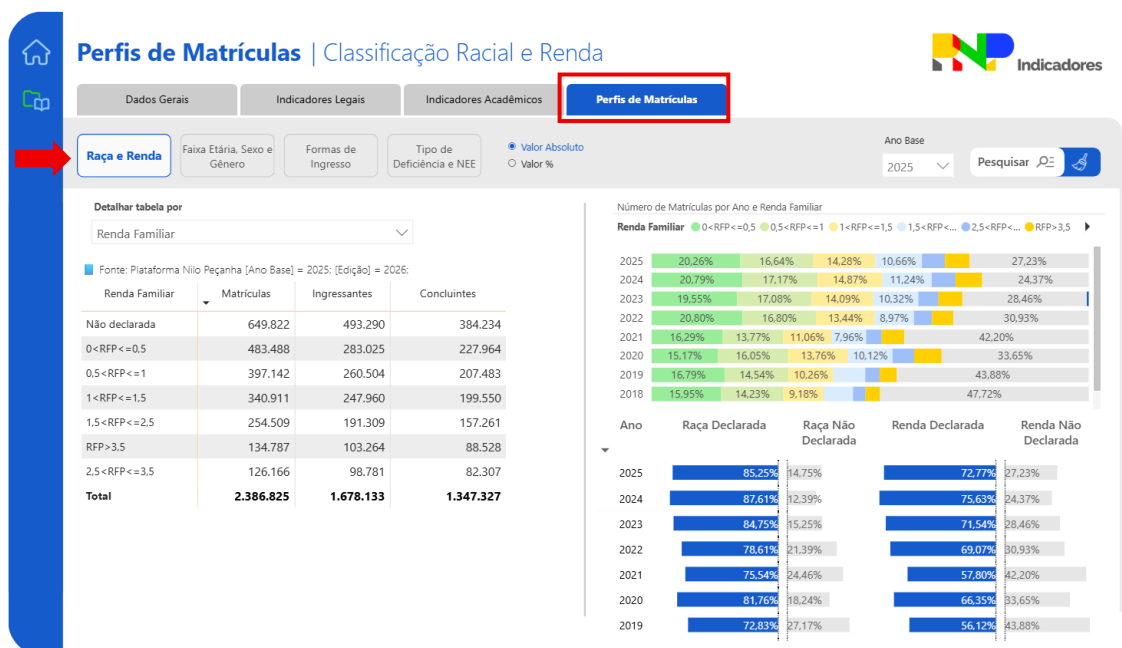
As opções da aba Indicadores Acadêmicos ampliam a capacidade analítica de avaliações sobre desempenho institucional, aproveitamento da oferta educacional, demanda estudantil e trajetória acadêmica dos estudantes. Os filtros dinâmicos presentes no painel permitem selecionar ano-base, instituições e níveis de detalhamento, favorecendo análises comparativas e personalizadas.

4.1.1.4 Painel “Perfil das Matrículas”

O painel da PNP, na aba “Perfis de Matrículas | Raça e Renda”, apresenta informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes da Rede Federal entre os anos de 2017 e 2025. Os dados evidenciam a distribuição das matrículas, ingressantes e concluintes por faixa de renda familiar, além de indicadores relacionados à declaração de raça/cor e renda. O painel permite observar tendências históricas e compreender melhor o público atendido pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Figura 13: Tela do módulo Dados de Ensino - Aba Perfis das Matrículas



Fonte: BRASIL, 2026.

A Figura 13, apresenta o painel da dimensão **Raça e Renda** com a seleção do ano-base 2025 e a exibição dos dados em valores absolutos. Também é possível marcar a opção de **Valor %** (percentual) e ainda escolher outras opções no menu expansível em **Detalhar tabela por**.

Na parte esquerda da tela há uma tabela detalhada por renda familiar, contendo os quantitativos de matrículas, ingressantes e concluintes. As categorias apresentadas são: “Não declarada”, “0 < RFP <= 0,5”, “0,5 < RFP <= 1”, “1 < RFP <= 1,5”, “1,5 < RFP <= 2,5”, “RFP > 3,5” e “2,5 < RFP <= 3,5”, onde RFP representa a Renda Familiar Per Capita declarada pelo estudante. Ao final da tabela é exibido o total geral de matrículas, ingressantes e concluintes.

Os dados da tabela demonstram que a maior parte das matrículas, excluindo o quantitativo das não declaradas, está concentrada nas faixas de renda mais baixas. Em 2025, as categorias de renda de até 1,5 salário mínimo per capita concentram os maiores quantitativos de estudantes matriculados, indicando que a Rede Federal atende predominantemente públicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário reforça o papel social das instituições federais na ampliação do acesso à educação pública e gratuita para estudantes de baixa renda, contribuindo para a democratização do ensino.

Na parte direita superior do painel há um gráfico intitulado “Número de Matrículas por Ano e Renda Familiar”, que apresenta a distribuição percentual das faixas de renda entre os anos de 2017 e 2025. As faixas de renda são representadas por cores distintas, juntamente com a categoria de renda não declarada.



Abaixo do gráfico principal são apresentados gráficos de barras relacionados à declaração de raça e renda por ano. Os gráficos mostram os percentuais de “Raça Declarada” e “Raça Não Declarada”, além de “Renda Declarada” e “Renda Não Declarada”, para os anos de 2017 a 2025. Os valores são exibidos em formato percentual ao lado das barras horizontais.

Um aspecto relevante que pode ser observado no painel é a redução gradual dos registros de renda não declarada ao longo dos anos. Em 2017, mais da metade dos estudantes não possuía informação de renda registrada, enquanto em 2025 esse percentual apresenta queda significativa. Essa redução sugere avanços nos processos institucionais de coleta e qualificação dos dados, além de maior consolidação das políticas de registro e acompanhamento das informações acadêmicas e socioeconômicas dos estudantes.

Conforme a Figura 13, além do painel de Raça e Renda, há outras dimensões relacionadas a aba Perfis de Matrículas que são: **Faixa etária, Sexo e Gênero; Formas de Ingresso e Tipo de Deficiência e NEE**, o quais serão apresentados no Módulo 3 deste curso.

4.2 Glossário de Conceitos Fundamentais

Alguns termos e conceitos são importantes como forma de preparação para a compreensão dos principais indicadores da PNP e suas formas de cálculo. Os conceitos a seguir são referenciados pelos anexos da [Portaria nº 146, de 25 de março de 2021](#).

- **Ciclo de Matrícula:** Unidade estatística que agrupa alunos com mesma data de início e término em um curso específico. Os indicadores de ciclo são medidos exatamente um ano após o término previsto para absorver variações de calendários acadêmicos.
- **Concluente:** Soma de "Formados" (diplomados) e "Integralizados" (concluíram a carga horária, mas possuem pendências administrativas).
- **Eixo tecnológico:** É o agrupamento de ações e das aplicações científicas às atividades humanas de mesma natureza, possuindo um núcleo de saberes comuns, embasados nas mesmas ciências e metodologias. São aplicados na classificação dos cursos da educação profissional, constante dos Catálogos Nacionais. Conforme definidos pelo CNE, são treze: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Os Tipos de Curso que não contam com catálogos nacionais foram agregados, por similaridade, aos Eixos Tecnológicos existentes. Para efeitos da Plataforma Nilo Peçanha, os cursos de Educação Básica, não profissionais, foram agregados ao Eixo Propedêutico.



- **Evadidos:** Corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso.
- **Fator de correção da graduação - FCG:** Ajusta a contagem das matrículas para os cursos de graduação, em atendimento à estratégia 12.3 da Lei nº 13.005, de 2014.
- **Fator de equiparação de carga horária - FECH:** Permite a equiparação de cursos de qualificação profissional com durações distintas, sendo calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso (chmr) e carga horária padrão de 800 horas anuais. Para os demais cursos, o fator de equiparação de carga horária será igual a 1 (um).
- **Fator de esforço de curso - FEC:** Ajusta a contagem de matrículas-equivalentes (Mateq) para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor relação aluno por professor (RAP).
- **Formados:** Corresponde aos alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares de um curso no ano de referência, fazendo jus ao diploma ou certificado.
- **Ingressantes:** Corresponde aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência e tem seu registro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.
- **Inscritos:** Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso.
- **Matrícula Ativa:** Aluno vinculado por pelo menos um dia no ano de referência.
- **Matrícula-equivalente - Mateq:** Corresponde à matrícula ponderada pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de Curso e pelo Fator de Esforço de Curso.
- **Modalidade de ensino:** Modo de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou a distância.
- **Nível de curso:** Categorização utilizada na Plataforma Nilo Peçanha para reunir cursos de mesmo nível educacional.
- **Professor-equivalente - Profeq:** O cálculo do total de professores-equivalentes (Profeq) considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 (um) aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva e com peso igual a 0,5 (meio) aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais.
- **Relação Matrícula por Professor (RMP):** Definida como a razão entre o total das Matrículas-equivalentes (Mateq), ponderada pelo fator de correção da graduação (FCG), e o total dos professores-equivalentes (Profeq).



- **Retenção Crítica:** Aluno que permanece matriculado após um ano da data prevista para o término do seu ciclo.
- **Retidos:** Corresponde aos alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para integralização de um curso.
- **Tipo de curso:** Categorização transversal utilizada para diferenciar os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Estão previstas as seguintes categorias: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Qualificação Profissional (FIC), Técnico, Especialização Profissional Técnica, Curso Superior de Graduação em Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado, Aperfeiçoamento Tecnológico, Especialização (Lato Sensu), Especialização Profissional Tecnológica, Mestrado Profissional, Mestrado, Doutorado Profissional e Doutorado.
- **Tipo de Oferta:** Categorização transversal utilizada para diferenciar as formas de ofertas dos Cursos Técnicos e de Qualificação Profissional (FIC). Estão previstas as seguintes categorias: Integrado, Subsequente, Concomitante, PROEJA – Concomitante e PROEJA – Integrado.
- **Turno:** Período do dia ou da noite em que o aluno cursa a maior parte das aulas, podendo ser matutino, vespertino, noturno ou integral. Não se aplica aos cursos com Modalidade de Ensino a Distância.
- **Unidades de ensino:** Todas as unidades organizacionais que possuam matrículas vinculadas no ano de referência.
- **Vagas:** Corresponde às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, por meio de processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU ou outras formas de ingresso, no ano de referência.



UNIDADE 5

5. SÍNTESE DO CADERNO DIDÁTICO

A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é o principal instrumento de governança de dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Ela foi criada para suprir lacunas estatísticas não contempladas pelos censos educacionais tradicionais, especialmente diante da complexidade da oferta educacional da Rede Federal, que abrange cursos técnicos, formação inicial e continuada, graduação e pós-graduação. A plataforma consolida dados oriundos de sistemas como SISTEC, SIAPE e SIAFI, transformando registros administrativos em indicadores estratégicos utilizados para transparência pública, planejamento institucional, avaliação de desempenho e definição de políticas educacionais e orçamentárias. O SISTEC é o principal sistema mantenedor dos dados acadêmicos e funciona como base operacional para geração dos indicadores estratégicos da plataforma. A partir de uma evolução normativa baseada em portarias e marcos regulatórios, a PNP vem se fortalecendo como uma ferramenta de inteligência estatística e supervisão institucional.

O funcionamento do Ciclo de Coleta e Validação (CCV), é o processo responsável pela qualificação e consistência das informações publicadas na plataforma. Suas principais etapas vão desde a extração, ajustes metodológicos, validação institucional e publicação oficial dos dados, além dos papéis desempenhados por diferentes atores, como registros acadêmicos, pesquisadores institucionais, dirigentes máximos e equipes da SETEC. A qualidade da informação depende tanto da infraestrutura tecnológica quanto da atuação humana e normativa, formando um modelo de governança baseado em consistência, completude e comparabilidade dos dados.

As informações da PNP são apresentadas em forma de painéis e módulos, organizados em ambientes de Business Intelligence (BI), que permitem análises históricas, geográficas e institucionais sobre matrículas, evasão, oferta educacional, indicadores legais e desempenho acadêmico. Assim, a PNP ultrapassa a função de repositório de dados, consolidando-se como um observatório de informações capaz de apoiar decisões baseadas em evidências, subsidiar políticas públicas e fortalecer a transparência e a eficiência da gestão educacional na RFEPECT.

Dessa forma, chegamos ao fim do Módulo 2 esperando que os conteúdos abordados tenham ampliado a sua compreensão sobre a Plataforma Nilo Peçanha e sua importância para a Rede Federal. Antes de avançar para o próximo módulo, convidamos você a participar das atividades propostas no Moodle, compartilhando suas reflexões e vivências no fórum e realizando a tarefa de associação de termos para reforçar os conceitos da PNP.

Agradecemos sua participação e desejamos um excelente percurso na continuidade do curso.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Carlos. **BI2 Business Intelligence: Modelagem e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão TCU 2.267, de 13 de dezembro 2005**. Define indicadores para acompanhamento da eficiência e eficácia das ações dos programas destinados às instituições da Rede Federal. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2005-12-13;2267> . Acesso em: 07 maio 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2018**. Institui a Plataforma Nilo Peçanha – PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Revalide. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 3, p. 10, 4 jan. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408>. Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. **Política de propriedade intelectual das instituições científicas, tecnológicas e de inovação do Brasil: relatório FORMICT ano-base 2023**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/propriedade-intelectual-e-transferencia-de-tecnologia/arquivos/relatorio-formict-2024_ano-base-2023.pdf. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 40, de 30 de setembro de 2025**. Dispõe sobre a supervisão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) e reestruturação da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 2025. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/10/2025&jornal=515&pagina=97>. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha (PNP)**. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 14 maio 2026.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>. Acesso em: 10 maio 2026.

REFERÊNCIAS

KLEIN, Ruben; FONTANINE, Nilma Santos. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?lang=pt>. Acesso em 12 maio 2026.

LOPES, Cristina L. Janini. **Plataforma Nilo Peçanha: apresentação para o Ciclo de Webinários da Plataforma Nilo Peçanha 2026**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, mar. 2026. Apresentação em PDF.

MORAES, Gustavo Henrique et al. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2020, 131 p.; PDF. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.

PRADO, D. P. F.; BRITO, V. L. F. de; NUNES, C. P. Concepções e perspectivas da Plataforma Nilo Peçanha: regulação e emancipação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, p. e07594, 2022. DOI: 10.18222/eaev33.7594. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eaev/article/view/7594>. Acesso em: 12 maio. 2026.

ROSA, Íris Vânia Santos. Poder discricionário. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Tributário. Paulo de Barros Carvalho, Maria Leonor Leite Vieira, Robson Maia Lins (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/282/edicao-1/poder-discricionario>. Acesso em: 12 maio 2026.

SOARES, Lilian Campos; FERNEDA, Edilson; DO PRADO, Hércules Antonio. Observatórios: um levantamento do estado do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 12, n. 3, p. 86 ao 110, 2018. DOI: 10.36311/1981-1640.2018.v12n3.08.p86. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7958>. Acesso em: 14 maio. 2026.